

Avaliação Externa das Escolas **Relatório de escola**

**Escola Secundária com 3.º Ciclo
do Ensino Básico
Afonso Lopes Vieira
LEIRIA**

Delegação Regional do Centro da IGE

Datas da visita: 22 e 23 de Janeiro de 2009

I - INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um «programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho».

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da **Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Afonso Lopes Vieira, Leiria**, realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efectuada nos dias **22 e 23 de Janeiro de 2009**.

Os capítulos do relatório — Caracterização da Escola, Conclusões da Avaliação por Domínio, Avaliação por Factor e Considerações Finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais da Escola, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pela Escola, será oportunamente disponibilizado no sítio da IGE em: www.ige.min-edu.pt

Escala de avaliação

Níveis de classificação dos cinco domínios

MUITO BOM – Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

BOM – A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

SUFICIENTE – Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

INSUFICIENTE – Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II - CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Secundária Afonso Lopes Vieira situa-se em Rego d'Água, Marrazes, no Distrito de Leiria. Foi inaugurada em 1982, como pólo da Escola Secundária Rodrigues Lobo e passou a funcionar autonomamente no ano lectivo de 1983/84. É constituída por seis blocos, um pavilhão gimnodesportivo, campos de jogos e amplos espaços ajardinados, muito bem tratados. As salas específicas (laboratórios, salas de computadores, auditório e salas de Artes/Educação Tecnológica) situam-se no rés-do-chão. Recebe alunos de vários locais de Leiria e de concelhos limítrofes, mas a sua maioria é proveniente das freguesias de Marrazes e de Ortigosa. No presente ano lectivo, a Escola é frequentada por 819 discentes, em regime diurno, assim distribuídos: 321 no Ensino Básico (15 turmas – 13 no 3.º ciclo e 2 em Cursos de Educação Formação, tipo 2); 498 no Ensino Secundário (12 turmas nos Cursos Científico-Humanísticos – 242 alunos; 3 turmas no Curso Tecnológico de Desporto e uma no Tecnológico de Multimédia – 93 alunos; 9 turmas nos Cursos Profissionais – 153 alunos); uma turma no Curso de Educação Formação, tipo 5 – 10 alunos.

A maioria dos pais exerce a sua profissão predominantemente no sector terciário (60,2%), seguido do sector secundário (38,8%), sendo diminuto o número de empregos na agricultura e pescas (1,0%). Quanto às habilitações académicas, 70,4% frequentou a escolaridade básica (sendo que 21,2% apenas possui o 1.º ciclo), 20,8% o ensino secundário e 8,8% o ensino superior. A Acção Social Escolar abrange 36,8% dos alunos. A percentagem de discentes que tem computador em casa ou computador e Internet é a seguinte: 3.º ciclo – computador 26,2% e computador e Internet 14,5%; secundário – computador 50%, computador e Internet 31,1%. Os alunos oriundos de outros países constituem 12,3% da população escolar e vêm principalmente do Brasil (4,3%), França (1,9%), Suíça (1,7%) e Ucrânia (1,6%).

O corpo docente é constituído por 114 elementos (35 detêm a categoria de professor titular), sendo que 86% pertence ao quadro de escola ou ao quadro de zona pedagógica. O pessoal não docente é composto por 35 elementos: 1 psicóloga, 9 elementos afectos aos serviços de administração escolar, 4 cozinheiras e 21 assistentes operacionais (auxiliares de acção educativa).

III - CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

1. RESULTADOS

BOM

A Escola organiza, sistematicamente, informação detalhada sobre os resultados escolares dos alunos e procede à sua análise em diversos órgãos e estruturas. Esta prática tem permitido confrontar os resultados da avaliação interna com os da externa e estabelecer planos de melhoria para o desenvolvimento das aprendizagens. A comparação dos resultados com os de outras escolas sociologicamente semelhantes é uma vertente pouco explorada pela organização.

Nos últimos três anos as taxas de conclusão do 3.º ciclo oscilaram, alcançando, em 2007/08, valores superiores às médias nacionais (2,1%), contrariamente aos dois primeiros anos lectivos em que foram inferiores, respectivamente, em 9,8% e 22,3%. Os resultados nos exames nacionais do 9.º ano mostram uma melhoria significativa em Língua Portuguesa superando, nos dois últimos anos, os valores nacionais em 6,1% e 5%. Na disciplina de Matemática, os resultados também têm registado uma melhoria, apesar de só, em 2007/08, a percentagem de classificações positivas ter superado as negativas (taxa de sucesso de 54,5%), posicionando-se próxima da média nacional (55,1%).

Em relação ao Ensino Secundário, as taxas de conclusão, no último triénio, melhoraram, sendo, nos dois últimos anos, superiores aos referentes nacionais, respectivamente em 10,4% e 3,2%. No que se refere aos exames nacionais, destaca-se que a média das classificações evidencia um decréscimo na disciplina de Português, seguindo a tendência nacional. Na Matemática assinala-se uma melhoria progressiva (7,2; 10,5; 14,9), registando, no último ano, um ganho de 0,9 valores face à média nacional.

No ano lectivo transacto, a taxa de sucesso dos alunos portadores de necessidades educativas especiais foi elevada (100%). Em relação aos discentes apoiados pela Acção Social Escolar, registaram-se níveis de sucesso menos satisfatórios, em particular no Ensino Secundário (60,5%). A taxa de sucesso dos alunos que beneficiaram de planos de recuperação e acompanhamento posicionou-se em níveis baixos, da ordem de 69,0%.

A diversidade de percursos formativos e a articulação entre directores de turma, estruturas de apoio educativo, Conselho Executivo, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e famílias constituem factores determinantes para a pouca expressividade do abandono escolar, nomeadamente no Ensino Básico.

É promovida a participação dos alunos na vida escolar, informando-os e envolvendo-os no debate dos assuntos colectivos e das regras de convivência. O desenvolvimento de competências cívicas é adequadamente assegurado, sendo adoptadas estratégias eficazes de resposta às situações comportamentais mais problemáticas, o que se reflecte nos baixos níveis de conflitualidade.

Existe uma política consistente de valorização e de estímulo para a aquisição das aprendizagens e dos saberes. Realizam-se distintas iniciativas com expressão pública de reconhecimento do mérito dos alunos, contribuindo para elevar as expectativas e a satisfação da comunidade educativa. O impacto social das aprendizagens não é monitorizado pela Escola.

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

MUITO BOM

Os departamentos curriculares/grupos disciplinares tomam por referência as orientações e as medidas estabelecidas no Projecto Educativo, bem como as iniciativas inscritas no Plano Anual de Actividades, para concretizarem a gestão curricular. Os titulares das estruturas educativas evidenciam capacidade de liderança, demonstram conhecer a evolução dos resultados escolares e as respectivas estratégias de melhoria e incentivam o trabalho cooperativo.

A prática generalizada da avaliação diagnóstica tem permitido consolidar estratégias de diferenciação pedagógica, mas não promove a sequencialidade das aprendizagens pela via da articulação com as escolas de origem dos alunos ou com os professores do ano de escolaridade anterior. A interdisciplinaridade consubstancia-se, essencialmente, no desenvolvimento dos Projectos Curriculares de Turma.

Os Serviços de Psicologia e Orientação asseguram um trabalho consistente, articulado com as estruturas pedagógicas, instituições externas e famílias, garantindo o apoio psicopedagógico, a orientação vocacional, bem como o esclarecimento dos alunos e das famílias acerca das futuras opções de empregabilidade e de ingresso no Ensino Superior.

O acompanhamento da prática lectiva é efectuado pelas estruturas de supervisão e coordenação, essencialmente pela via indirecta. O desenvolvimento de algumas actividades com recurso à co-docência funciona como procedimento de supervisão das práticas lectivas em contexto de sala de aula, apesar de não terem sido instituídos mecanismos globais neste âmbito. A confiança na avaliação interna é fomentada, mas as estruturas pedagógicas não revelam um envolvimento, expressivo e generalizado, na supervisão dos critérios de avaliação aplicados.

A Escola identifica, adequadamente, as necessidades educativas dos alunos e implementa medidas educativas diferenciadas. É de realçar a articulação entre os profissionais e a colaboração prestada por várias instituições externas na definição dos planos de intervenção. É praticada uma política de inclusão e de integração escolar. A monitorização do sucesso dos alunos portadores de necessidades educativas especiais patenteia o impacto significativo das estratégias e medidas aplicadas.

É desenvolvido um vasto conjunto de projectos e acções que visam o reforço das aprendizagens, a promoção dos saberes práticos e o incentivo ao empreendedorismo. A exploração das actividades experimentais e científicas, em contextos educativos formais e informais, é generalizada.

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

MUITO BOM

As linhas orientadoras estabelecidas no Projecto Educativo reflectem-se intencionalmente no alinhamento de algumas das acções constantes no Plano Anual de Actividades. Apesar do planeamento realizado pelo Órgão de Gestão se revelar adequado, a gestão do tempo escolar nem sempre permite uma distribuição equilibrada da carga curricular. O perfil dos profissionais é tido em conta na distribuição de serviço, designadamente para a atribuição do cargo de Director de Turma. Os recursos disponíveis, bem como o conhecimento que se tem dos

mesmos, influenciaram a diversidade da oferta educativa. Os serviços prestados pelos vários sectores da Escola respondem às necessidades dos utentes. O pessoal não docente é activamente implicado na formação dos alunos. Existe um Plano de Formação para 2008/09 e os profissionais, em 2007/08, participaram em diferentes iniciativas.

A utilização generalizada dos laboratórios tem incentivado a prática experimental e o investimento nos meios informáticos, permitindo melhorar as aprendizagens. A Biblioteca Escolar encontra-se bem equipada e promove actividades que possibilitam o desenvolvimento de competências na área da Língua Portuguesa.

A Escola tem revelado alguma capacidade para angariar receitas próprias, através de diversas iniciativas e a gestão dos recursos financeiros tem em conta as prioridades do Projecto Educativo.

A organização incentiva a presença dos pais e informa-os das regras de funcionamento e das actividades a realizar, mas não procede à monitorização do seu envolvimento na vida escolar. A representação de alguns sectores da comunidade no Conselho Geral Transitório demonstra o seu dinamismo.

A acção dos responsáveis e das diferentes estruturas pauta-se por princípios de equidade e de justiça e a segurança dos utentes é uma preocupação assumida pela Escola.

4. LIDERANÇA

BOM

O Projecto Educativo não prevê objectivos nem metas quantificados, dificultando a orientação dos profissionais para os resultados e a avaliação consistente da sua consecução. Apesar da inexistência de Projecto Curricular de Escola não possibilitar a percepção da visão estratégica da organização, no que diz respeito, nomeadamente, à articulação entre os instrumentos de gestão, em particular em relação aos Projectos Curriculares de Turma, é visível que a actuação do estabelecimento de ensino tem privilegiado o relacionamento interpessoal e a inclusão das minorias e dos alunos portadores de deficiência. Neste âmbito, existe um reconhecimento interno e externo, decorrente das dinâmicas de acolhimento dos discentes com necessidades educativas especiais e multideficiência, constituindo a “política de inclusão” uma vertente estratégica de acção.

As lideranças intermédias assumem as suas competências e apresentam-se eficazes, sendo de destacar o papel dos Directores de Turma. No entanto, a recente configuração dos departamentos curriculares ainda não foi suficientemente assimilada pelos docentes, denotando-se alguma deficiência nos sistemas de comunicação e informação.

A Escola adere a iniciativas inovadoras, bem estruturadas, potenciando uma maior motivação dos alunos e proporcionando diferentes contextos de aprendizagem. A selecção do estabelecimento de ensino como “academia Apple” poderá fomentar o desenvolvimento de novas parcerias.

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DA ESCOLA

BOM

A Escola dispõe de uma equipa de auto-avaliação, que tem como propósito dar continuidade a anteriores experiências avaliativas que incidiram sobre o funcionamento de várias áreas. Para além do trabalho a desenvolver por esta estrutura, há evidências de outras práticas de avaliação interna já sedimentadas na Escola. Os resultados obtidos estiveram na origem de alguns planos de melhoria. De um modo geral, as conclusões do processo de avaliação organizacional são debatidas em Conselho Pedagógico. A Escola conhece os seus pontos fortes e alguns dos pontos fracos e identifica constrangimentos da sua acção, bem como oportunidades de melhoria. Se, por um lado, a indefinição de metas de acção quantificadas pode afectar a avaliação consistente dos processos e dos resultados, por outro, o modelo de auto-avaliação adoptado pode, em áreas estruturantes, conduzir a uma avaliação participada e à sustentabilidade do progresso do estabelecimento de ensino.

IV - AVALIAÇÃO POR FACTOR

1. RESULTADOS

1.1 SUCESSO ACADÉMICO

A Escola organiza, sistematicamente, um conjunto diversificado de elementos relativos aos resultados académicos dos alunos, nomeadamente os níveis de sucesso agregados por disciplina, turma, ano, curso e a correspondente evolução temporal, bem como os resultados da avaliação interna confrontados com os obtidos nos exames nacionais. Estes dados sustentam a reflexão que envolve o Conselho Executivo, o Conselho Pedagógico, os Departamentos Curriculares e os Conselhos de Turma, traduzindo-se na implementação de vários planos de melhoria para as áreas de maior insucesso (p. ex., Matemática, Inglês e Ciências Físico-Químicas), tais como o planeamento das actividades do Estudo Acompanhado – direccionado ao desenvolvimento das aprendizagens matemáticas e das competências transversais da Língua Portuguesa –, a atribuição de apoios específicos, a organização estruturada de actividades de enriquecimento curricular promotoras das aprendizagens científicas e matemáticas e a adopção dos “testes intermédios de avaliação”, disponibilizados pelo GAVE (Gabinete de Avaliação Educacional), nas disciplinas sujeitas a exame nacional. A comparação dos resultados com os de outras escolas é uma vertente pouco explorada, circunscrevendo-se à leitura contextualizada dos resultados da avaliação externa, através dos dados publicitados na comunicação social.

No 3.º ciclo, as taxas de conclusão relativas aos anos lectivos de 2005/06, 2006/07 e 2007/08 (67,7%, 55,9% e 87,8%) estiveram abaixo dos respectivos referentes nacionais (77,5%, 78,2% e 85,7%), com excepção do último ano. As taxas de sucesso nos exames nacionais do 9.º ano mostram uma melhoria na disciplina de Língua Portuguesa (50,7%, 94,1% e 88,2%), situando-se, no último biénio, acima dos valores nacionais (56%, 88% e 83,2%), enquanto a média das classificações de exame (de 2,6 passou para 3,3) ficou próxima ou igualou os valores nacionais (que subiram de 2,7 para 3,3). Na disciplina de Matemática, apesar das taxas de sucesso terem registado uma melhoria (29,5%, 35,3% e 54,5%), não se verificaram ganhos importantes relativamente aos correspondentes valores nacionais (38,0%, 29,0% e 55,1%). Por sua vez, a média das classificações de exame evoluiu de 2,3 para 2,8, colocando-se ligeiramente abaixo da nacional (que passou de 2,4 para 2,9).

No Ensino Secundário, também no último triénio, as taxas de conclusão melhoraram, embora com algumas oscilações (50%; 71,9%; 68%), apresentando, nos dois últimos anos, valores superiores aos referentes nacionais (51,8%; 61,5%; 64,8%). As classificações de exame evidenciam um decréscimo na disciplina de Português (11,4; 10,5; 10,4), sendo a média, nos dois primeiros anos, inferior aos correspondentes valores nacionais (11,7; 11,3; 10,4). Nos exames de Matemática, apesar da melhoria progressiva (7,2; 10,5; 14,9), só em 2007/08 foi superior aos valores nacionais (8,0; 10,6; 14,0).

Em 2007/08 foram sinalizados 34 alunos portadores de necessidades educativas especiais (incluindo 5 alunos da unidade de surdos), verificando-se uma taxa global de sucesso de 100%. No mesmo ano lectivo, em relação ao número total de discentes abrangidos pelos apoios socioeconómicos (81 no ensino básico e 104 no ensino secundário), registaram-se níveis de sucesso, respectivamente de 81,8% e de 60,5%, relevando o resultado obtido no ensino básico. A aplicação das medidas de apoio educativo é monitorizada pela Escola, sendo que, no último biénio, a taxa de eficácia dos planos de recuperação/acompanhamento se situou em níveis relativamente baixos, próximos de 69%.

As situações de abandono escolar estão identificadas e são adequadamente acompanhadas. Em 2007/08, assinalou-se apenas um caso de abandono escolar no Ensino Básico (uma aluna fora da escolaridade obrigatória), em resultado da diversidade da oferta educativa (p. ex., encaminhamento de 9 alunos em risco para Cursos de Educação e Formação) e da conseguida articulação entre os Directores de Turma, as estruturas de apoio educativo, o Conselho Executivo, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ) e as famílias.

1.2 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CÍVICO

A Escola promove a participação dos alunos, informando-os e envolvendo-os no debate dos assuntos colectivos, co-responsabilizando-os na organização de actividades e na atribuição de tarefas. Por exemplo, os discentes integram as equipas de prevenção do “Grupo de Socorro Primário”, participam na organização das “Jornadas

Culturais e Desportivas da Escola” e em vários clubes e projectos, com destaque para o Clube de Relações Internacionais e o projecto “Promoção da Cidadania Intercultural” (com a colaboração do núcleo de Leiria da Intercultura -AFS Portugal – Associação para uma Formação Sócio-Educativa), que promove intercâmbios entre jovens e famílias. Existem delegados desportivos que apoiam os restantes alunos nos espaços destinados à educação física, nomeadamente na guarda de valores.

Os mecanismos formais de auscultação dos discentes passam por reuniões do Conselho Executivo com os delegados de turma e pelas “assembleias de delegados de turma”. Os representantes dos alunos são convocados e participam nos trabalhos do Conselho Pedagógico, do Conselho Geral Transitório e da equipa de auto – avaliação, mas não integram os grupos responsáveis pela elaboração do Projecto Educativo e do Regulamento Interno.

As iniciativas promovidas no âmbito da Formação Cívica e da Área de Projecto estimulam, sistematicamente, o desenvolvimento da cidadania, para o que concorre a participação dos alunos em diversas campanhas de preservação ambiental, educação para a saúde e acções de solidariedade. Os discentes conhecem o Regulamento Interno, que é divulgado no início do ano lectivo aquando da recepção às respectivas famílias, e participam na avaliação dos Projectos Curriculares de Turma. Identificam-se, de forma expressiva, com a Escola, conhecem os critérios de avaliação e assinalam aspectos organizacionais susceptíveis de melhoria, por exemplo, ao nível do aquecimento nos balneários desportivos.

1.3 COMPORTAMENTO E DISCIPLINA

Em geral, os alunos apresentam um comportamento disciplinado e respeitador das regras internas. Os profissionais cooperam na vigilância das normas e velam pelo respectivo cumprimento, sendo a sua autoridade reconhecida pelos discentes e preservada pelo Órgão de Gestão. A Escola está mobilizada para a prevenção da indisciplina, dispondo de um plano – por exemplo, os docentes dinamizadores do projecto “Cabeças no Ar, Ideias a Girar” actuam junto das turmas mais problemáticas, promovendo estratégias de melhoria do relacionamento interpessoal na Formação Cívica e na Área de Projecto. Existe também um “Grupo de Trabalho Disciplina/Comportamento” que monitoriza as situações para análise em Conselho Pedagógico. Os programas de tutoria, a inclusão nos critérios de avaliação de dimensões como o comportamento, assiduidade e pontualidade, bem como a programação de colóquios ligados à temática (p. ex., Adolescência não é Delinquência”), constituem, também, estratégias para diminuir os níveis de conflitualidade. Não existindo casos problemáticos de indisciplina, as situações são resolvidas, essencialmente, através do diálogo e da advertência oral. Estas estratégias têm contribuído para o bom relacionamento entre alunos, professores e pessoal não docente, melhorando o ambiente de aprendizagem. Regista-se um decréscimo de conflitualidade interna, traduzida no último triénio, na instauração de 25, 13 e 11 processos de averiguações/ disciplinares.

1.4 VALORIZAÇÃO E IMPACTO DAS APRENDIZAGENS

A Escola adopta uma política consistente de valorização dos sucessos individuais dos alunos, traduzida no reconhecimento do mérito académico (p. ex., quadro de honra e cerimónia de entrega do diploma aos melhores alunos, que tem lugar na recepção de início do ano lectivo) e no estímulo permanente à aprendizagem, através de publicações escolares como o jornal “Ciências@fq” e a “Gazeta das Tecnologias”, da participação em olimpíadas (p. ex., biotecnologia) e em concursos temáticos.

A programação e o desenvolvimento de múltiplas iniciativas com expressão pública, designadamente eventos desportivos organizados pelos alunos do Curso Tecnológico de Desporto, representações teatrais, espectáculos de dança, exposições de trabalhos, colóquios no auditório da Escola Superior de Educação, (previstos nas actividades da Área de Projecto do 12.º ano), feiras vocacionais (organização do “Stand de Divulgação da Oferta Educativa da Escola”) e “Jornadas Culturais e Desportivas” (abertas a outras escolas), são exemplos estratégicos que contribuem para elevar as expectativas e a satisfação de todos os elementos da comunidade educativa.

Não está ainda disponível informação sistematizada relativa ao percurso dos alunos, após a sua saída da Escola, embora o Conselho Pedagógico equacione a possibilidade de criar um grupo de trabalho para este efeito.

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

2.1 ARTICULAÇÃO E SEQUENCIALIDADE

Tendo presentes as “metas orientadoras” e as “medidas de concretização” estabelecidas no Projecto Educativo, bem como as iniciativas inscritas no Plano Anual de Actividades, os departamentos/grupos disciplinares articulam os aspectos essenciais da gestão curricular, definem critérios de avaliação específicos e promovem a articulação com outras estruturas/serviços. Os titulares das estruturas de coordenação e supervisão denotam capacidade de liderança, demonstram conhecer a evolução dos resultados escolares e as respectivas estratégias de melhoria e incentivam, sistematicamente, o trabalho cooperativo dos docentes, a partilha de experiências e a selecção de materiais de apoio ao ensino.

A prática generalizada da avaliação diagnóstica tem permitido ajustar o planeamento individual dos docentes às características das turmas, consolidar as estratégias de diferenciação pedagógica (p. ex., ao nível da selecção de instrumentos de avaliação e organização dos planos de apoio) e reformular os critérios de avaliação (p. ex., ponderação da oralidade em Português). No entanto, no âmbito da promoção da sequencialidade das aprendizagens, não existe articulação retroactiva com os docentes dos anos de escolaridade anteriores, nem com as escolas de origem dos alunos.

A interdisciplinaridade concretiza-se, essencialmente, no desenvolvimento dos Projectos Curriculares de Turma. No Ensino Secundário coexistem algumas práticas mais restritas de interdisciplinaridade (p. ex., na Área de Projecto, entre o Português e a Filosofia - *texto argumentativo* - e nas actividades do Grupo de Socorro Primário, onde se procura a ligação a conceitos de Física - *forças*). De um modo geral, as visitas de estudo materializam, também, momentos de articulação multidisciplinar.

A Psicóloga tem efectuado um trabalho sistematizado e programado nas vertentes do apoio psicopedagógico, do acompanhamento individualizado e da orientação vocacional. Existe uma interacção com os Conselhos de Turma, com as famílias e com o “Gabinete de Apoio ao Aluno e de Orientação Educativa” que tem permitido articular os planos de intervenção, desenvolver a pesquisa das saídas profissionais e escolares e organizar sessões de informação/divulgação junto dos alunos e encarregados de educação. A realização da “Feira das Profissões” tem igualmente contribuído para o esclarecimento dos alunos e das famílias, acerca das futuras opções de empregabilidade e de ingresso no Ensino Superior.

2.2 ACOMPANHAMENTO DA PRÁTICA LECTIVA EM SALA DE AULA

Os docentes planificam as actividades educativas adequando-as às suas turmas, com base nas orientações gerais estabelecidas pelos Departamentos Curriculares e pelos Conselhos de Turma. Estas estruturas procedem ao acompanhamento da prática lectiva, designadamente, através de rotinas de verificação dos documentos de planeamento individual, do balanço do cumprimento dos programas (dado a conhecer aos encarregados de educação) e da avaliação da eficácia das medidas de apoio aplicadas, bem como do desenvolvimento dos Projectos Curriculares de Turma.

O acompanhamento dos docentes que revelam dificuldades de desempenho passa, essencialmente, pelo diálogo formativo com os coordenadores de departamento e pelo envolvimento dos Directores de Turma. A co-docência implementada nalgumas disciplinas constitui-se, igualmente, como um mecanismo de supervisão, embora não estejam institucionalizados mecanismos globais de acompanhamento da actividade lectiva em contexto de sala de aula.

A confiança no processo avaliativo é garantida, fundamentalmente, através do estabelecimento de critérios específicos de avaliação, da generalização da avaliação diagnóstica e da utilização de testes intermédios disponibilizados pelo Gabinete de Avaliação Educacional. As estruturas pedagógicas não têm um envolvimento expressivo na supervisão da aplicação dos critérios de avaliação, embora os docentes, em sede de Conselho de Turma, procedam à justificação das taxas de insucesso (p. ex., a partir de 40%).

2.3 DIFERENCIAÇÃO E APOIOS

As necessidades educativas de cada aluno são adequadamente identificadas pelas equipas de apoio ao processo de matrículas, em articulação com os Serviços de Psicologia e Orientação, Directores de Turma e Conselho Executivo. A Escola disponibiliza respostas educativas diferenciadas aos discentes com dificuldades de

aprendizagem ou portadores de necessidades educativas especiais (p. ex., apoios em grupo e individuais, tutorias, estratégias de diferenciação em sala de aula e currículos específicos). Os alunos surdos dispõem, em contexto de sala de aula, de um intérprete de linguagem gestual. Os oriundos de países cuja língua materna não é o Português estão bem integrados, mormente pela sua inclusão em actividades de enriquecimento curricular (p. ex., grupos de dança e de teatro) e em apoios específicos que promovem o sucesso escolar. A prática desportiva contempla a participação dos discentes com mobilidade condicionada.

A articulação entre o Órgão de Gestão, docentes, encarregados de educação e técnicos do ensino especial é bem conseguida, reflectindo-se no envolvimento destes agentes na elaboração dos planos de intervenção e na definição dos currículos específicos individuais. A colaboração prestada por várias instituições externas tem constituído uma mais-valia na integração dos alunos com necessidades educativas especiais, sendo de destacar o Centro de Recursos para a Inclusão Digital – projecto da Escola Superior de Educação de Leiria, no apoio a uma aluna que sofre de um síndrome extremamente limitador; a Caixa Agrícola (apoio na aquisição de computadores, cadeiras de rodas); a CERCILEI (fisioterapia e terapia da fala ministradas pelos técnicos da instituição na Escola). Os currículos específicos individuais contemplam actividades de pré-inserção na vida activa, por exemplo, num jardim de infância privado.

A monitorização da eficácia das medidas implementadas é adequadamente realizada através de relatórios intermédios de avaliação e da análise das taxas de sucesso dos alunos abrangidos.

2.4 ABRANGÊNCIA DO CURRÍCULO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES E DA APRENDIZAGEM

A Escola programa e concretiza múltiplas actividades de natureza científica, cultural, artística e desportiva, que facultam aos alunos um conjunto mobilizador de experiências de reforço das aprendizagens e da promoção dos saberes práticos. Destacam-se o Projecto “Saber +” (dinamizado por docentes de Ciências Físico Químicas), o Clube de Relações Internacionais (que proporciona aos alunos intercâmbios multiculturais), diversos projectos direccionados às aprendizagens matemáticas (p. ex., o Matnet e o Pmat), as Jornadas Culturais e Desportivas da Escola, o Gabinete de Saúde e Segurança/Grupo de Socorro Primário, as actividades estruturadas efectuadas no espaço aprazível da Biblioteca Escolar, fomentadoras da literacia e da aprendizagem da Língua Materna, e o Desporto Escolar.

O desenvolvimento de atitudes positivas face à experimentação e à descoberta é especialmente trabalhado através da atribuição, no horário das turmas, de aulas nos laboratórios, da realização frequente de actividades experimentais e de divulgação científica (p. ex., Tardes da Ciência) e, também, das acções ligadas à Robótica, que estiveram na origem da participação da Escola na “RoboParty 2007-Universidade do Minho”.

A promoção do “espírito empreendedor” e a adopção de critérios de profissionalismo por parte dos alunos é prosseguida através de várias iniciativas, destacando-se a efectivação de estágios profissionais, a actividade “Aprender com o empreendedorismo” e a criação de espaços de simulação em sala de aula (p. ex., marketing de produtos e atendimento de clientes).

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

3.1 CONCEPÇÃO, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE

A generalidade das acções do Plano Anual Actividades prossegue, de modo intencional, as grandes linhas de acção estabelecidas no Projecto Educativo, que contemplam diferentes áreas de intervenção (curricular, social e cultural). O planeamento realizado pelo Órgão de Gestão revela-se adequado, abrangendo diversas dimensões do funcionamento escolar. Apesar de existirem orientações explícitas para a elaboração dos horários e para a calendarização de actividades não lectivas, a gestão do tempo escolar nem sempre permite uma distribuição equilibrada da carga curricular (p. ex., às quintas-feiras, a turma C do 7.º ano e a turma B do 10.º ano, têm 4,5 e 5 blocos respectivamente).

O Conselho Executivo organiza o serviço docente a partir de critérios previamente determinados. O Estudo Acompanhado, nos 7.º e 8.º anos, foi atribuído a docentes de Matemática e de Língua Portuguesa (45 minutos a cada) e, no 9.º ano, a professores de Matemática. A oferta de escola contempla a disciplina de Artes. Os Directores de Turma são seleccionados de entre os que se enquadram no perfil definido para o desempenho da função. A implementação dos Cursos de Educação e Formação, dos Cursos Tecnológicos e dos Cursos

Profissionais teve em conta os recursos, o tecido empresarial da região e a auscultação dos alunos e da restante comunidade, bem como a informação fornecida pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional e pela Autarquia.

Os serviços prestados pelos vários sectores respondem às necessidades dos utentes, verificando-se um investimento progressivo nos meios informáticos, de forma a tornar os procedimentos mais eficientes e a melhorar as aprendizagens, nomeadamente através da utilização da plataforma *Moodle*.

3.2 GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O Conselho Executivo conhece as competências pessoais e profissionais do corpo docente e do não docente, gerindo estes recursos de acordo com o seu perfil e com as necessidades da Escola. Os assistentes operacionais são activamente implicados na formação dos alunos, principalmente no desenvolvimento das competências sociais, por exemplo acompanhando os alunos quando lhes são aplicadas medidas correctivas, sendo de salientar o apoio de proximidade efectuado aos discentes portadores de deficiência profunda. Os serviços de administração escolar, estruturados por áreas, asseguram a qualidade do serviço prestado e proporcionam o atendimento personalizado (à excepção do pessoal docente que é feito por intermédio de um *guichet*).

O Conselho Pedagógico, após audição dos Departamentos Curriculares, definiu propostas formativas que constam do respectivo Plano de Formação para 2008/09. Para além de acções de natureza específica e pedagógico-didática, este plano contempla outras de natureza transversal (p. ex., “História e Cultura da Comunidade Surda” – aspectos da comunicação com alunos surdos, em articulação com a Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos D. Dinis, Leiria). Os profissionais, em 2007/08, participaram em diversas iniciativas de formação (p. ex., *Língua Gestual Portuguesa; Comunicação Inclusiva*, destinada a alunos, professores e não docentes; *Bulling*, envolvendo todas as escolas de Leiria, organizada em articulação com o Centro de Formação da Batalha e com a Escola Secundária Domingos Sequeira).

A monitorização da assiduidade do pessoal docente e não docente restringe-se ao preenchimento dos respectivos mapas de faltas. Em caso de ausência de professores, é garantido o cumprimento do plano de ocupação plena dos tempos escolares dos alunos e, no caso do pessoal não docente, procede-se a reajustes de forma a não comprometer o normal funcionamento dos diferentes sectores ou áreas.

3.3 GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

O Conselho Executivo faz uma gestão racional dos recursos físicos, designadamente dos espaços e equipamentos. A zona exterior ajardinada é cuidadosamente tratada na sequência de uma parceria estabelecida com a CERCILEI. A acessibilidade a utentes com mobilidade condicionada está assegurada.

A gestão dos laboratórios possibilita a sua utilização generalizada pelos alunos, sendo um indicador do incentivo da prática experimental. Os computadores portáteis têm sido usados em contexto de sala de aula, registando, no ano lectivo de 2007/08, uma taxa de utilização próxima de 100%. Para tal, contribuíram o aumento de projectores multimédia, a aquisição de dois quadros interactivos e de dois *e-beams*, bem como o alargamento da cobertura da rede de Internet sem fios. A Biblioteca, integrada na Rede Nacional de Bibliotecas Escolares, possui um Centro de Recursos (bem equipado, designadamente com material informático e multimédia) e promove actividades diversificadas, com particular destaque para o desenvolvimento de competências na área da Língua Portuguesa (Promoção e Animação da Leitura). É feito um controlo rigoroso das entradas e saídas, através de cartão electrónico. Têm sido realizados simulacros e exercícios de evacuação coordenados pelo GSP (Gabinete de Saúde e Segurança/Grupo de Socorro Primário), com a participação dos Bombeiros Voluntários locais – alguns dos exercícios são desencadeados sem aviso prévio, o que tem permitido estabelecer rotinas de acção e o simulacro, de Junho de 2008, foi presenciado pelo Assessor do Governador Civil de Leiria.

A elaboração do orçamento teve em conta as prioridades constantes do Projecto Educativo e o Conselho Geral Transitório definiu, como linhas orientadoras, a melhoria das condições de habitabilidade dos alunos (polivalente), o investimento no mobiliário e conforto, a melhoria do sistema informático e a aquisição de um stand de exposição móvel. Também determinou as linhas orientadoras da Acção Social Escolar, que passam por uma política de integração e de reacção a sistemas de crise e de controlo próximo das refeições dos alunos. Existe uma acção intencional para a captação de verbas, com impacto significativo na implementação de projectos e no apoio a alunos mais carenciados, principalmente através da participação em concursos e projectos, candidaturas

ao PRODEP/POPH, aluguer de instalações e lucros do bufete. Em 2008 as receitas próprias totalizaram 68.967,63€.

3.4 PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E OUTROS ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA

A Escola incentiva a presença dos pais, quer através da sua representação nos termos previstos na lei, quer através de iniciativas dirigidas à comunidade educativa, que constam do Plano Anual de Actividades (p. ex., apoio a Encarregados de Educação na utilização das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, recepção aos alunos e dia do diploma). Os pais são informados, particularmente no início do ano, das regras de funcionamento e das acções a realizar, mas a sua auscultação e participação na definição das políticas educativas ainda só é conseguida nos órgãos onde estão representados. Não é efectuada a monitorização do envolvimento dos pais na vida escolar.

No Conselho Geral Transitório, em representação da comunidade local, têm assento representantes do Atlético Clube da Sismaria (cerca de 75% dos atletas são, ou já foram, alunos da Escola), do Grupo Lena e da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Leiria. Este Conselho e, anteriormente a Assembleia de Escola, têm tido uma forte intervenção na resolução de problemas, designadamente no que concerne à segurança nas imediações da Escola (p. ex., na rua frontal à portaria foi colocada uma passadeira limitadora de velocidade e o trânsito circula num único sentido).

3.5 EQUIDADE E JUSTIÇA

A acção dos responsáveis escolares e dos diferentes órgãos e estruturas pauta-se por princípios de equidade e de justiça. Existe um trabalho de equipa e de parceria que envolve os Serviços Especializados de Apoio Educativo, os Conselhos de Turma e entidades externas, de forma a garantir os apoios sócio-educativos, a diversidade de oportunidades de formação e o envolvimento dos alunos em experiências variadas de aprendizagem. É reconhecida a existência de uma política bem sucedida de inclusão sócio-escolar de alunos portadores de deficiência profunda.

Os critérios de avaliação são do conhecimento dos encarregados de educação e dos alunos, que os têm em conta na auto-avaliação. Na generalidade, a Escola procura dar respostas às características individuais de cada discente, através da disponibilização de múltiplas alternativas de formação e da diferenciação de apoios, bem como da adaptação/reajustes dos critérios da avaliação a situações particulares, designadamente na Disciplina de Educação Física. Além dos apoios da Acção Social Escolar, são concedidos suplementos alimentares a alunos mais carenciados (10 a 15 alunos).

4. LIDERANÇA

4.1 VISÃO E ESTRATÉGIA

O Conselho Executivo actua de forma dialogante na tomada de decisões. A acção da Escola tem privilegiado o relacionamento interpessoal e a inclusão das minorias e dos alunos portadores de deficiência, sendo esta actuação reconhecida pela comunidade.

O Projecto Educativo, para o triénio 2006/09, tem como lema *juntar diferenças, construir futuros* e como princípio consensual entre alunos, professores, pessoal não docente e encarregados de educação: *toda a comunidade sabe acolher sem discriminar*. Consagra várias áreas prioritárias (denominadas *metas*, entre as quais a *aposta na diversidade de percursos escolares*) e estabelece um considerável número de medidas para a sua concretização. O Projecto Educativo não contempla metas nem objectivos quantificados, o que tem impedido, nomeadamente, a avaliação consistente do seu nível de consecução. Só agora, na sequência do processo de Avaliação de Desempenho do Pessoal Docente, é que foram definidas metas educativas quantificadas. A Escola não procedeu à elaboração do seu Projecto Curricular. A inexistência deste documento dificulta a percepção da visão da organização no que concerne à articulação entre os documentos estratégicos, designadamente ao nível da operacionalização dos Projectos Curriculares de Turma.

Há um reconhecimento interno e externo, decorrente das dinâmicas de acolhimento dos alunos com necessidades educativas especiais e multi-deficiência e do desenvolvimento de projectos e protocolos. Assim, a “política de inclusão” constitui uma vertente estratégica de acção, que se reflecte, por exemplo, na realização de

uma actividade sobre “comunicação inclusiva” (dinamizada pelo grupo de educação especial, destinada a docentes e discentes) e na assumpção da vertente inclusiva do Desporto Escolar.

4.2 MOTIVAÇÃO E EMPENHO

Os elementos do Conselho Executivo demonstram alguma capacidade de liderança no exercício das suas funções e incentivam os diferentes órgãos e estruturas a tomarem decisões nas respectivas áreas. As lideranças intermédias assumem as suas competências e revelam-se eficazes, especialmente no âmbito da articulação das aprendizagens, sendo de destacar o papel dos Directores de Turma. Por sua vez, os docentes manifestam alguma dificuldade em lidar com a nova configuração dos departamentos (tendem ainda a funcionar na lógica do grupo disciplinar) e consideram que os canais de comunicação e informação ainda não são suficientemente expeditos. No entanto, os diferentes órgãos e estruturas, bem como os profissionais, conhecem as suas áreas de acção, revelando-se motivados e empenhados na realização das tarefas, particularmente ao nível da dinamização da biblioteca e dos projectos.

4.3 ABERTURA À INOVAÇÃO

A Escola adere a projectos inovadores, dos quais se destacam: “*Projecto Cientistas de Palmo e Meio*” que possibilita um primeiro contacto com alguns conteúdos da Física ou da Química, promovendo a cultura científica através do ensino experimental das Ciências Físico-Químicas (no ano lectivo de 2007/2008, as dinamizadoras do projecto deslocaram-se a jardins de infância e a escolas do 1.º ciclo do ensino básico, enquanto que, no presente ano lectivo, são as crianças e os alunos que se deslocam a esta Escola); “*Projecto Cabeças no Ar/Ideias a Girar*”, que, para além de outros aspectos, visa desenvolver competências essenciais e combater o abandono escolar e a indisciplina; a Escola foi seleccionada como “academia Apple”.

A aposta na oferta dos Cursos de Educação e Formação (tipos 2 e 5) e dos Cursos Tecnológicos de Desporto e de Multimédia, bem como dos Cursos Profissionais, demonstra a abertura da organização a novas soluções pedagógicas. A Escola aderiu ao Plano de Acção da Matemática e ao Plano Nacional de Leitura, como forma de melhorar as aprendizagens na Matemática e na Língua Portuguesa.

4.4 PARCERIAS, PROTOCOLOS E PROJECTOS

O envolvimento em diferentes projectos demonstra a preocupação em proporcionar aos alunos oportunidades diversificadas de aprendizagem, como, por exemplo: “*GSP*” (Grupo de Socorro Primário) que faz parte do Gabinete de Saúde e Segurança, sendo de destacar, de entre a diversidade de acções, a prestação de cuidados de primeiros socorros (para este efeito existe um mapa de distribuição dos socorristas, de acordo com o seu horário escolar), o acompanhamento e a prevenção em provas desportivas (é referido pelos Bombeiros Voluntários de Leiria que a Escola Secundária Afonso Lopes Vieira é um “viveiro de bombeiros”) e a intervenção no serviço de Pediatria do Hospital de Santo André, onde são realizadas actividades com as crianças internadas e os respectivos acompanhantes no sentido de prevenir acidentes; “*Eco-Clube/Eco-Escolas*”, através do qual foi atribuída à Escola a Bandeira Verde e se trabalha a compostagem (decomposição controlada da matéria orgânica que dá origem a um fertilizante natural), que possibilitou a criação de uma horta biológica (cujos produtos são consumidos no refeitório).

As parcerias e os protocolos, nomeadamente com os Bombeiros Voluntários, a CERCILEI, o Grupo Lena, instituições de ensino superior e outras empresas da região, têm facultado o apoio técnico em várias áreas, a dinamização de projectos e a formação de recursos humanos, bem como a realização de estágios profissionalizantes.

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DA ESCOLA

5.1 AUTO-AVALIAÇÃO

A Escola dispõe de uma estrutura de auto-avaliação (Comissão de Auto-Avaliação), recentemente criada na sua configuração actual, que é constituída por três docentes e um aluno e vai passar a ter um não docente e um encarregado de educação. Este grupo, que integra um professor com experiência em avaliação organizacional, adoptou um plano de acção que tem por referência o modelo CAF (*Common Assessment Framework*, Estrutura Comum de Avaliação) e pretende dar continuidade a anteriores experiências avaliativas (com base no modelo

do Observatório de Qualidade) que incidiram sobre o funcionamento da cantina, a eficácia dos sistemas de comunicação e a indisciplina.

O trabalho desta estrutura coexiste com outras práticas de avaliação interna já sedimentadas na Escola, no âmbito da análise dos resultados escolares, do desempenho dos titulares das estruturas pedagógicas, do funcionamento dos serviços especializados de apoio e da consecução dos projectos. Os seus resultados estiveram na origem de alguns planos de melhoria, com impacto na reconhecida qualidade do actual serviço de refeições, na sinalização dos alunos problemáticos que deveriam ser objecto de acompanhamento por parte do “observatório do comportamento” e na uniformização dos modelos de relatórios de avaliação. De um modo geral, as conclusões dos procedimentos de avaliação são debatidas em Conselho Pedagógico e, nalguns casos (apoios educativos), são dados a conhecer aos encarregados de educação.

5.2 SUSTENTABILIDADE DO PROGRESSO

A Escola conhece os seus pontos fortes (p. ex., diversidade da oferta formativa e actuação dos Serviços de Psicologia e Orientação, com impacto positivo nos resultados), identifica constrangimentos da sua acção (localização geográfica e rede de transportes), oportunidades de melhoria (p. ex., instalação do Centro de Novas Oportunidades) e alguns pontos fracos (p. ex., dispersão das práticas de auto-avaliação). A indefinição de metas de acção quantificadas, bem como a existência de um sistema de comunicação interno não ajustado à recente reconfiguração departamental, são indicadores que podem afectar a sustentabilidade do progresso do estabelecimento de ensino. No entanto, o modelo de auto-avaliação implementado permite, em áreas estruturantes, uma avaliação participada dos processos e dos resultados alcançados.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresenta-se uma selecção dos atributos da **Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Afonso Lopes Vieira** (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades). A equipa de avaliação externa entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam a Escola e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria.

Entende-se aqui por ponto forte: atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos; por ponto fraco: atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos; por oportunidade: condição ou possibilidade externas à organização que poderão favorecer o cumprimento dos seus objectivos.

Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- Melhoria, no último biénio, dos resultados obtidos nos Exames Nacionais do 9.º ano de Língua Portuguesa, com taxas de sucesso superiores às médias nacionais (respectivamente, em 6,1% e 5%);
- Eficácia das estratégias implementadas para a melhoria da qualificação dos jovens e a redução dos níveis de abandono escolar;
- Política de inclusão como vertente estratégica de acção, com reflexo positivo no sucesso dos discentes portadores de necessidades educativas especiais e na igualdade de oportunidades proporcionada a todos os alunos;
- Diversidade de situações educativas formais e informais, promotoras da educação para a cidadania, do reforço das aprendizagens e dos saberes práticos dos alunos;
- Gestão adequada dos recursos materiais e financeiros, com impacto na melhoria das condições do desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem.

Pontos fracos

- Baixos níveis de eficácia dos planos de recuperação e acompanhamento implementados no ano lectivo transacto;
- Fragilidade das práticas de articulação entre os anos de escolaridade e com as escolas de origem dos alunos, que não propicia a sequencialidade das aprendizagens;

- Inexistência de Projecto Curricular de Escola, o que dificulta a percepção da visão da organização ao nível das opções estratégicas e da operacionalização dos Projectos Curriculares de Turma;
- Indefinição de objectivos quantificados de acção, em prejuízo da clarificação das expectativas da organização e da criação de sinergias internas em torno da melhoria dos resultados.

Oportunidade

- Estabelecimento de parcerias com empresas de software na perspectiva de estender a oferta dos cursos profissionais às novas tecnologias, na sequência da selecção da Escola como “academia Apple”.